

Aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 na literatura afrodescendente no ensino

Kelly Christine Franco¹
Patrícia Menezes de Oliveira²
Marcia Bacelo Patella³

RESUMO

Este trabalho traz como base a Lei 10.639/03 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Essa Lei inseriu a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo escolar do ensino fundamental em todas as instituições de ensino. No entanto é preciso um apoio especializado que ofereça aos professores assistência e orientações, sobre como trabalhar esses conteúdos. É a partir deste pressuposto que o artigo foi embasado, e tem por objetivo analisar qual a influência da Lei no 10.639/03 para o ensino da literatura afro-brasileira e africana no Ensino Fundamental. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com relação à aplicabilidade da lei no cotidiano escolar e a lacuna existente na formação profissional dos docentes no que diz respeito às questões étnico-raciais, porém, observa-se que a lei não aborda a obrigatoriedade de formação profissional para tratar de temas desta natureza, e sim o ensino de cultura africana e afro-brasileira. Contata-se também que a lei não só estabelece a obrigatoriedade de ensino de história e cultura afrodescendente nas escolas, mas também contribui para o desenvolvimento de criticidade e hábito de leitura dos discentes. A metodologia utilizada no artigo que partiu de revisões bibliográficas. A técnica utilizada foi de cunho bibliográfico buscando autores que abordam sobre o assunto no presente artigo, no qual abordou a temática da aplicabilidade da lei nº 10.639/03 na literatura afrodescendente no Ensino Fundamental, delimitando o estudo nas turmas de quinto ano. Concluindo que o comprometimento com a construção de cidadãos críticos e abertos as diferenças são da escola, da família e da sociedade, onde ambas trabalham juntas com o propósito de amenizar os preconceitos e difundir positivamente a cultura do negro em nosso país.

Palavras-chave: pedagogia, afrodescendente, Lei nº. 10639/03.

¹ Graduada em Pedagogia, Centro Universitário Santa Cruz (UNISANTACRUZ), Rua Afife Mansur 565, Novo Mundo, Curitiba – PR, E-mail: jo.kell@hotmail.com

² Mestra em Ciências Humanas Pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Centro Universitário Santa Cruz (UNISANTACRUZ), Rua Afife Mansur 565, Novo Mundo, Curitiba – PR, E-mail: tutor1@unisanatcruz.edu.br

³ Mestre em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná, Centro Universitário Santa Cruz (UNISANTACRUZ), Rua Afife Mansur, Novo Mundo, Curitiba – PR, E-mail: marcia.patella@unisantacruz.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O exercício da docência é acima de tudo desafiador, pois o professor comprometido com a sua profissão passa parte do seu tempo, questionando-se, revendo conceitos e buscando novas estratégias de ensinar seus alunos. Nesse sentido, o real e o ideal tornam-se práticas de atuação desses docentes, tendo a percepção muitas vezes de que tal sonho pode se tornar uma utopia por uma série de fatores. É importante que o trabalho pedagógico possibilite ao aluno o desenvolvimento das diversas expressões e o acesso ao conhecimento nas suas diversas áreas, que esse início da sistematização escolar não prejudique a criança, fazendo com que ela perca o gosto e o encanto pelo prazer de aprender. É preciso rever a finalidade maior da educação que é, desde os primeiros anos, a formação do educando nos campos: conceitual, habilidade, autonomia, identidade e das relações. Educar alunos nos primeiros anos do ensino básico requer professores que tenham um olhar para a escola como uma instituição de fundamental importância para ajudar nossos alunos a se desenvolver melhor. Educar para a inclusão racial e de gênero, é pensar em uma educação para todas as crianças, adolescentes e jovens, uma educação capaz de contemplar a riqueza da diversidade e da multiplicidade de culturas, religião e de gênero, que marca a nossa sociedade.

É necessário refletir como a educação pode abranger todas as crianças e contemplar todas as culturas e diferentes visões, heranças e valores, almejando o bem comum e o desenvolvimento de uma sociedade dentro de uma única perspectiva, a de uma escola que busca o conhecimento da cultura e dos valores sociais, seguindo as orientações e leis da sociedade em que atuam.

A importância de o profissional apresentar uma imagem positiva sobre o negro, mediando de uma forma entusiástica, lúdica e atraente, com intuito de despertar em cada criança a imaginação e o prazer da leitura nos momentos de cotação de histórias, cantos de literatura e durante as leituras direcionadas pelo professor. Disponibilizando no acervo gêneros apropriados como poesias, narrativas, textos ilustrados antirracistas ao leitor infantil, ou seja, que representem em seu contexto crianças ou adultos negros fugindo da visão estereotipada.

A problemática deste artigo é analisar quais as influências para o trabalho docente sob a intervenção da lei nº 10639-03 para o ensino da literatura afrodescendente no Ensino Fundamental?

O objetivo geral do artigo é analisar qual a influência da lei nº 10639-03 para o ensino da literatura afrodescendente no Ensino Fundamental. Para atingir o objetivo geral delimitamos os seguintes objetivos específicos: apresentar a lei nº10639/03 sua relevância dentro de sala de aula, seus aspectos positivos dentro da formação social dos educandos e discutir livros literários e metodologias utilizadas em sala de aula a fim de atualizar e enriquecer o trabalho docente.

Ao elaborar a prática pedagógica em sala de maneira lúdica sobre a literatura afrodescendente, o profissional precisa respeitar a faixa etária de seu grupo e sua individualidade, contemplando o negro com ilustrações, pois a criança, na formação de pequeno leitor é um ser pensante, produz sua criatividade, imaginação, seu senso crítico, interação entre os outros e cooperação com os professores diante das gravuras retratadas em livros e do pensamento concreto.

2 LEI Nº10639/03 E A RELEVÂNCIA DENTRO DE SALA DE AULA

Educar para a equidade racial e de gênero é pensar em uma educação para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, ou seja, uma educação capaz de contemplar a riqueza da diversidade e da multiplicidade cultural, religiosa, fenotípica e de gênero que marca a sociedade brasileira. A expressão de uma escola que não contempla a diversidade que marca crianças, adolescentes e jovens é a desigualdade que a gente observa em nossa sociedade.

Segundo dados do estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo da população negra era de 9,1% em 2018, mais que o dobro da população branca, de 3,9%. Analisando-se a população entre 20 e 22 anos de idade, observamos também que 76,8% da população branca havia concluído o ensino médio, ao passo que 61,8% da população negra estava na mesma situação. Esses dados são apenas alguns exemplos, entre tantos outros, da desigualdade étnico-racial na educação. É

ela que nos faz perceber, tristemente, que a nossa sociedade não oferece as mesmas oportunidades a todas as pessoas e as distingue conforme a sua cor.

Logo que a lei Aurea foi assinada pela princesa Izabel, a literatura teve de se adequar e trocar o negro “objeto” pelo negro sujeito, componente da sociedade, ainda que tenha ocorrido sob as influencias dos preconceitos sociais da época. Na contemporaneidade, a grande busca literária é colocar o negro em uma posição sem estereótipos no que envolve a cultura e o próprio sujeito, buscando uma expressão mais equilibrada quanto aos valores e funções sociais.

A proposta é oferecer livros de qualidade, antirracista, atendendo as especificidades de cada leitor, respeitando sua raça e etnia e acima de tudo implementando a lei nº10. 639/03 nas ações pedagógicas.

A Constituição de 1988 expressa os direitos da criança, principalmente a educação, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394-96, porém, estas práticas são muitas vezes escamoteadas pelas políticas educacionais e outros fatores. (NEVES, S/D, 01).

Nesse contexto educacional, os docentes e demais funcionários que atuam na educação devem intervir positivamente em relação aos educandos, se atualizando na ação docente como metodologia em sala de aula, prática educativa e revendo a didática, por fim promover um momento de socialização entre os educandos, conseqüentemente serão sensibilizados perante a diversidade humana presente não somente em nossas salas de aula como em todos os ambientes.

Conforme a LDB nº 9.394/1996, os educadores têm que proporcionar aos educandos atividades que desenvolvam o cognitivo, afetivo e social com a intenção de evitar atitudes racistas e incongruentes no cotidiano desses educandos, sendo estes: crianças, adolescentes e/ou jovens. Apresenta-se:

A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a LDB 9394/96, afim de incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Lei 10639/03, considerada um grande avanço na educação e no meio social, pois a comunidade Afro-Brasileira aumentou muito com o passar dos anos, assim requeresse uma exigência para valorização e respeito as pessoas pardas, negras, descendentes africanos com o objetivo de preservar à sua cultura e história. (BRASIL, 2003).

Essa Lei define que a finalidade do Ensino Fundamental é promover o desenvolvimento integral da criança até 11anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996) nas instituições de Ensino Fundamental, o professor precisa manter um olhar plural, devido à concentração de diferentes culturas em um único espaço.

Com base nessa educação multicultural (de várias culturas), não pode haver parcialidade de raça e etnia. Por isso uma das práticas pedagógicas seguidas para valorizar a cultura afro-brasileira é o ensino da literatura infantil. Para uma prática efetiva de letramento literário no ambiente escolar há a necessidade da criação de uma comunidade leitora com práticas sistematizadas, em que o aluno possa discutir a respeito dos textos lidos a fim de que sua bagagem de literatura seja desenvolvida. Na obra “O Quilombismo: documentos de uma militância Pan – Africanista”, Abdias Nascimento afirma que:

A história do Brasil é uma versão concebida pelos brancos e para os brancos, exatamente como toda sua estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite minoritária branco ide presumidamente de origem europeia. (NASCIMENTO, 2019, p.36).

De acordo com a crítica feita pelo autor sobre uma estrutura social para exclusão de pessoas negras, na literatura o protagonismo branco também é dominante, excluindo a história e a memória de uma maioria negra em um embate discursivo.

A Lei 10.639/03 insere em toda a Educação Básica a obrigatoriedade da temática já citada acima. Essa determinação partiu da luta do movimento negro. Sendo assim, essa lei se configura como uma resposta dessa luta, pois se vive em um país composto por uma mistura de povos e culturas que, muitas vezes, são excluídos da sociedade. Entende-se que os cursos de licenciatura precisam formar docentes não só capazes de “(...) compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas [de] lidar positivamente com elas e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las” (BRASIL, 2013, p. 8).

De modo mais sistemático, tem cabido à sociedade civil organizada, principalmente por meio de instituições comprometidas com o antirracismo, fiscalizar

a implementação da legislação antirracista na Educação. Ações como o mapeamento de práticas educacionais e incentivo à produção científica têm sido estímulos fundamentais para não permitir que a política pública perca sua força. Na esfera acadêmica, o acompanhamento demonstra que, em muitos casos, a legislação tem se efetivado pela persistência de indivíduos comprometidos pessoalmente com a temática (GOMES, 2013).

Portanto, a inserção da literatura Afro-Brasileira e Africana trará contribuições como a desconstrução do imaginário preconceituoso, estabelecendo a importância do povo africano e cultura na construção da história brasileira, valorizando-os positivamente por meio da escola, alcançando mecanismo de transformação social para a construção de uma sociedade justa e igualitária nas relações culturais e na união de forças para a valorização da diversidade.

2.1 ASPECTOS POSITIVOS DENTRO DA FORMAÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DOS EDUCANDOS

Considerando a longa trajetória percorrida nas últimas décadas para a implementação da Lei 10.639/03 nos espaços escolares, e tendo em vista a debilidade dos currículos dos ciclos básico e superior que ainda privilegiam a perspectiva da branquitude, masculina e eurocêntrica em suas narrativas, a negação da humanidade daquele que veio a ser construído como o “outro inferior” ao colonizador fez de traços fenotípicos, como a cor da pele ou a textura de cabelo, justificativa para a criação da desigualdade racial.

Dos corpos daqueles passíveis de serem comercializados, tanto não houve reconhecimento da sua humanidade como também lhes foi colhida a possibilidade de expressar a sua diferença de conhecimentos, de manifestação da vida, do que lhe era memorável. Para o antropólogo Kabengele Munanga, a sobredita lei “configura uma correção do esquecimento da memória positiva da escravidão na história do Brasil”.

Tratando de comunicação no âmbito escolar, dentre suas diversas formas, a literatura é uma das pioneiras, pois faz a junção do pensamento abstrato com o pensamento concreto de uma maneira lúdica e atraente para o público infantil, obras

literárias são escolhidas para situar a criança na sociedade em que vive, dos papéis que pode assumir enquanto sujeito.

A Constituição Federal preconiza que a educação promova o desenvolvimento pleno de todas as crianças. Valorizar a multiplicidade é tudo o que se quer: os saberes e fazeres da população quilombola, indígena e feminina. Promover uma educação que contemple a riqueza da multiplicidade de todas as culturas e favoreça a convivência respeitosa, digna e harmoniosa entre elas, com atenção ao meio ambiente e à natureza, a partir de diferentes perspectivas de ancestralidades. Uma educação que busque uma sociedade mais justa, democrática, igualitária e cidadã para toda a multiplicidade da sua população. Para melhor compreender essa prática social, sigamos os conceitos de Certeau (1998), que para um sistema de ensino, a escola, do ponto de vista estratégico, é (...) um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos (...)” (CERTEAU, 1998, p.99).

Portanto, é necessário considerar que ocorrem mudanças nos espaços escolares, ou seja, ela não é a mesma em todos os tempos e todos os lugares, e se acha vinculada ao projeto de homem e de sociedade que se quer ver emergir através do processo educativo. Demerval Saviani afirma que:

O estudo das raízes históricas da educação contemporânea nos mostra a estreita relação entre a mesma e a consciência que o homem tem de si mesmo, consciência esta que se modifica de época para época, de lugar para lugar, de acordo com um modelo ideal de homem e de sociedade. (SAVIANI, 1991, p.55).

Portanto, a educação, é um processo social que se enquadra numa concepção determinada de mundo, a qual estabelece os fins a serem atingidos pelo ato educativo em consonância com as ideias dominantes numa dada sociedade. Assim sendo, tanto a teoria quanto as práticas educacionais desenvolvem-se, predominantemente, segundo os paradigmas dominantes num dado momento histórico, o que leva a educação a funcionar essencialmente como elemento reprodutor das condições científicas, políticas, econômicas e culturais de determinada sociedade.

3 LIVROS LITERÁRIOS E METODOLOGIAS UTILIZADAS EM SALA DE AULA A FIM DE ATUALIZAR E ENRIQUECER O TRABALHO DOCENTE

A quantidade de seções pode variar de acordo com a estruturação do projeto. A obrigatoriedade do ensino da lei 10639/03 tem história de uma luta dos movimentos sociais que não estavam inclusos no ensino, e passassem a ser inseridos e estudados dentro de sala de aula. O trabalho traz consciência ao educando valorizar culturas a sua volta inseridas no meio em que ele participa. O professor é sempre o mediador entre o aluno e os livros ou textos literários, o foco na formação social dos alunos.

O imaginário negativo construído nas relações sociais também está presente nas instituições, portanto o racismo institucional mostra-se por meio da “filtragem racial realizada pelas instituições públicas” (MORAES, 2013, p. 23). Conforme o autor, uma dessas filtragens foi a busca por desenvolvimento econômico após a abolição, em que os proprietários junto com o Estado estimularam a imigração europeia, ao mesmo tempo em que enfraqueciam e eliminavam a participação da população negra na economia do país. Outro exemplo é o período da Ditadura Militar, com a disseminação dos discursos de que a população brasileira era “um só povo, sem distinção de raças e completamente coesos socialmente” (MORAES, 2013, p. 23), que apenas confirmavam as desigualdades sociais presentes no Brasil, maquiando as discriminações e os preconceitos.

A educação mostra-se a principal chave para combater o racismo, o preconceito e as discriminações que atingem as populações negras, não só visando ao enfrentamento dessas questões, mas levando informações e conhecimentos para a construção de respeito entre os sujeitos e a quebra de estereótipos tão internalizados na sociedade. Por isso, é necessário que a história e a cultura afro-brasileiras e africanas sejam ensinadas nos diversos níveis de ensino.

Na perspectiva de literatura como formadora da identidade, as influências diretas que afetam os estudantes dependem da seleção de escritores que selecionamos para a bagagem leitora dos estudantes. O ensino literário é a representação do imaginário social repleto de preconceitos da sociedade, pois, muitas instituições de ensino, abordam questões sobre o racismo apenas em

“comemorações”, onde não é o suficiente para a vida dos estudantes, o movimento de igualdade social e racial deve ser parte integral da vida dos estudantes.

Ao explicar sobre a origem das literaturas africanas de expressão portuguesa, Ferreira (1980) afirma que: “Ele, o colonialismo, nega ou reprime a cultura autóctone e obriga à cultura metropolitana. Altera os hábitos sociais (...) impõe novos padrões de cultura e substitui a língua (FERREIRA, 1980, p.2).

Para uma Educação verdadeiramente libertadora é fundamental acreditar na:

(...) reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. Enfim, reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta ainda o que for útil e positivo no acervo do passado. (NASCIMENTO, 2019, p.288).

Dentro deste contexto educacional, o espaço escolar está relacionado como espaço de formação humana, socialização e sistematização. Na literatura podemos utilizar a inserção de materiais complementares e livros literários que acrescentem no trabalho dentro de sala de aula.

Segundo alguns dados levantados, segue na tabela alguns dos livros literários utilizados até o presente momento, que abordam a temática trabalhada no projeto, sendo os seguintes títulos:

QUADRO 1: Obras literárias afrodescendentes

Título	Autor	Descrição da obra
Menina Bonita do Laço de Fita	Ana Maria Machado	História de um coelho branquinho que se apaixona por uma menina negra. Debates assuntos como autoestima das crianças negras e igualdade racial;
Luana, a menina que viu o Brasil neném	Oswaldo Faustino, Arthur Garcia e Aroldo Macedo	História de uma menina de 8 anos que gosta de lutar capoeira e a história da descoberta do Brasil. Através do berimbau mágico, Luana leva o leitor a momentos importantes da cultura brasileira;
O Menino Marrom	Ziraldo	História de amizade entre duas crianças, uma branca e outra negra. Através da convivência dos dois, o autor mostra as diferenças humanas realçando o preconceito existente;
Lendas da África	Julio Emilio Brás	Histórias e fábulas típicas dos africanos. O

		autor apresenta o folclore africano;
O Cabelo de Lelé	Valéria Belém	História de uma menina negra que não gosta do seu cabelo cheio de cachos. Ela através de um livro começa a entender a origem do seu cabelo e passa a valorizar o seu tipo de beleza;
Bia na África	Ricardo Dregher	História que relata a viagem de Bia por vários países africanos, onde ela conhece o povo e as histórias de nossos antepassados negros que vieram como escravos para o Brasil

Fonte: Literatura Afrodescendente- Cultura Mix

A abordagem pode ser conduzida durante um longo período no ano letivo não somente em novembro, a respeito do Dia da Consciência Negra, podendo estar inserida nos conteúdos interdisciplinares como já dito ou nas aulas de português e leituras realizadas em sala, oferecendo as obras afro-brasileiras para os alunos.

4 IMPACTOS DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA TEMÁTICA DA LEI N º 10639/03

No decorrer deste trabalho, buscou-se compreender a realidade social e o racismo como um eixo estrutural e estruturante da sociedade, que nos leva a pensar que o mesmo se realiza a partir de determinadas desigualdades sociais, onde, o racismo é geralmente tratado no cotidiano como um caso isolado e individualizado, não sendo relacionado como um elemento estrutural e estruturante, sendo que, o racismo intermedia as relações familiares, de trabalho e escolares.

O educador em sua formação profissional não foi preparado para abordar em sala de aula o assunto relacionado às questões étnico-raciais e afrodescendente no contexto escolar. Nesse sentido, ele poderá fazer uma ideia contrária do que se pretende alcançar, que é a formação crítica dos educandos, com uma visão positiva, respeitando as diferenças culturais existentes em nosso meio.

As metas de ensino com relação ao assunto pretendem afastar condutas discriminatórias, como racismo, preconceito e superioridade de raças. Ao analisar todo o meio social onde uma criança está inserida, devemos ressaltar que ela traz de casa valores e opiniões transmitidas pelos familiares, que muitas vezes difundem um conceito de diferenças, preconceitos e desvalorização em relação a outras etnias.

De acordo com algumas pesquisas, o Brasil tem hoje cerca de 60% da população formada por negros, devido a sua migração da África. Por questões de preconceito e desvalorização o próprio negro não se “auto declara negro” em relação a sua cor, ele mistifica com dados como “pardos e mulatos” muitas vezes. Isso se deve a diferença social sofrida com posições opostas aos brancos, como a colocação profissional e social, baixa renda, pobreza, baixa autoestima, subalternidade.

O conhecimento, o estudo e a inclusão de literaturas africanas e afro-brasileira mostram-se necessário, visto que “poucas vezes fizeram parte dos conteúdos que eram objeto de ensino da escola formal e, quando o eram, está tratou de deixar pouco esclarecida a origem étnica daqueles que produziam tais textos” (BUENO, 2015, p. 53).

Isso ocorre, por exemplo, com Machado de Assis que frequentemente não é reconhecido como um escritor afro-brasileiro. Além da função estética da literatura, a mesma permite reflexões críticas possibilitando discussões sobre “a influência da cor da pele na vida das pessoas, na valorização social que ainda impera no Brasil em relação a brancos e negros, aos índices de escolarização ainda desfavoráveis atrelados às populações afrodescendentes” (BUENO, 2015, p. 57).

É notório que ainda falta no Brasil a consolidação de uma área de pesquisa nos estudos linguísticos que dê conta das contribuições de África na constituição das línguas faladas aqui. Não apenas porque professores estudam e pesquisam esparsamente no país, sobre muitas línguas africanas e seu contributo para o painel linguístico brasileiro, mas, sobretudo, porque a diversidade do mosaico linguístico africano e sua força sobre as culturas e as línguas brasileiras ainda não foram completamente estudados e conhecidos. Não se duvida que esta realidade esteja inserida no rol das políticas linguísticas nacionais e internacionais, mas é preciso avançar as pesquisas em andamento e dar início a outras, para atender a demandas que surjam no decorrer dos empreendimentos dos que se debruçam sobre este mosaico sociocultural e linguístico.

É preciso colocar em diálogos os estudos de pesquisadores africanos e brasileiros sobre as línguas de seus países, pois assim ganham tempo, experiências em metodologias e resultados, e ganham todos na compreensão das relações afro-

brasileiras nas línguas e literaturas destes espaços culturais e históricos. O ensino das práticas étnico-raciais deve ocorrer em todos os níveis de ensino, para que essas questões sejam discutidas, combatidas e transformadas.

Ainda há um longo caminho a trilhar, posto que as práticas de racismo estrutural e institucional estão muito internalizadas na sociedade, mas a educação mostra-se um veículo indispensável no combate aos estereótipos e ao racismo, visto que ao abordar tais conteúdos em sala de aula faz-se possível caminhar para uma educação voltada para a igualdade étnico-racial, a construção indelével de pessoas negras e o respeito e valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana.

No ambiente escolar devemos explicar o universo cultural que há em torno desse assunto, todos os elementos favoráveis com essa tradição cultural, enriquecendo o aprendizado com a arte. Na música destacamos o Samba, Cantos, as danças, o Maracatu, a Congada. A culinária é bastante rica com comidas muito apreciadas como Sarapatel, feijoada, baba de moça, cocada, bala de coco. No esporte a capoeira é uma forte expressão artística cultuada nos dias de hoje.

A responsabilidade pela construção dessa imagem não está somente na escola e na sala de aula, é também de suma importância que pais, familiares e a sociedade em geral tenham consciência e respeito pela identidade afrodescendente que é essencial para a nossa cultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar as influências da lei 10639/03 para o ensino de literatura no ensino fundamental, utilizando o quinto ano como fatia de delimitação, juntamente com a problemática do artigo analisando quais as influências para o trabalho docente sob a intervenção da lei nº 10639-03 para o ensino da literatura afrodescendente no Ensino Fundamental.

O primeiro passo foi utilizar de pesquisa bibliográfica para coletar dados sobre o histórico desta lei, e também sobre a colocação literária do negro desde o princípio da literatura nacional até os dias atuais, juntamente com uma discussão acerca de livros literários e metodologias que possam ser utilizadas

em sala de aula a fim de atualizar e enriquecer o trabalho docente referente a tais aspectos da literatura.

Constatamos que a lei é relativamente nova, considerando que a inserção do negro na sociedade aconteceu há muito mais tempo, apesar dos preconceitos que atravessam décadas. A educação necessitou da obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira para superar alguns limites existentes em sala quando se trata de literatura, pois há uma supervalorização de outros tipos de obras literárias comparando com a afrodescendente. Visualizando este aspecto, propusemo-nos a pesquisar livros literários com contexto ou origem africana e afro-brasileira e também metodologias de incentivo à leitura de um modo geral, pois, vale lembrar que estamos utilizando como objeto de estudo a faixa etária da segunda infância, onde os sujeitos ainda não desenvolveram um hábito de leitura concreto.

Podemos observar que citações de histórias, mediações de leitura e roda de leitura interativa podem ser métodos de iniciação de leitura para qualquer faixa etária e qualquer gênero literário, partindo desta raiz, utilizar dos recursos disponíveis na escola para encorpar a prática de leitura, como bibliotecas, cantos de leitura e afins. Vimos algumas obras que podem aparecer em sala para que a integração do negro como componente da sociedade aconteça de forma natural, como deve ser, abordando os temas afrodescendentes não somente na semana da consciência negra, mas durante todo o ano letivo.

Enfatizamos a lacuna existente na formação profissional dos docentes com relação às questões étnico-raciais, porém, levando em consideração que a lei 10639/03 não aborda a obrigatoriedade de formação profissional para abordar temas desta natureza, e sim de ensino de cultura africana e afro-brasileira, não conseguimos propor uma intervenção neste quesito.

Observamos que a gama de obras literárias utilizadas nas escolas é pequena, que essa inserção sendo feita de maneira lúdica não só cumpre com a obrigatoriedade que a lei estabelece, mas também auxilia no desenvolvimento de criticidade e hábito de leitura. Também vimos que se houvesse uma formação profissional voltada a esse tema facilitaria o trabalho do docente e o aprendizado da turma, e podemos finalizar com a ratificação que o

comprometimento com a construção de cidadãos críticos e abertos as diferenças é da escola, da família e da sociedade, onde ambas trabalham juntas com o propósito de amenizar os preconceitos e difundir positivamente a cultura do negro em nosso país.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. **Constituição do Campo da Comunicação**. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>>. Acesso em: 30/10/2022.

BRASIL, Portal. **Cultura afro-brasileira se manifesta na música, religião e culinária**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/cultura-afro-brasileira-se-manifesta-na-musica-religiao-e-culinaria>>. Acesso em 22/11/2022.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Trad. ALVES, E. F. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998. COUTINHO, Rafael. **Literatura Afrodescendente**. Disponível em: <<http://cultura.culturamix.com/literatura/a-literatura-afro-brasileira>>. Acesso em 14/11/2022

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. **Educação e Relações Étnico-Raciais Entre diálogos contemporâneos e políticas públicas**. Disponível em: <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgeduc/files/2015/03/Miolo_Educacao_e_Relacoes_Etnico-raciais.pdf>. Acesso em: 10/10/2022

LIMA, Aurilia de Brito. **A Importância da Literatura Infantil Afro-Brasileira e Africana no Ensino Fundamental do Sesc - Petrolina/PE**. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/viewFile/878/475>>. Acesso em 10/10/2022.

MARIOSIA, Gilmar Santos, REIS, Maria da Glória dos. **A influência da literatura infantil afro-brasileira na construção das identidades das crianças**. *Estação Literária Londrina*, Vagão-volume 8ª parte A, p. 42-53, 2011. Disponível em: Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL8AArt06.pdf>>. Acesso em: 30/11/2022.

MENEZES, E. Diatay Bezerra. **Fundamentos sociológicos da comunicação**. In: Adísia Sá (Coord.). **Fundamentos científicos da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 146-205.

NASCIMENTO, A. O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019

NEVES, Pollyana Cassiano. **As Relações Étnico Raciais na Educação Infantil**. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CP02.pdf>>. Acesso em 10/12/2022.

PACIFICO, Tânia Mara. **A implantação da lei n.º 10.639/2003 em uma escola da rede pública estadual, no Ensino Fundamental, na cidade de Curitiba – PR.** Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/259_680.pdf>. Acesso em 10/12/2022.

PEREIRA, Marcia Moreira, SILVA, Mauricio. **Percurso da lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos.** Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810>>. Acesso em: 30/11/2022.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamentos e história.** 2007. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>>. Acesso em: 30/11/2022.

SANTOS, Margareth Maura. **A Cultura e a literatura afro-brasileira em sala de aula.** *Revista Magistro*, 2013.

Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/2160/100>>
Acesso em: 30/11/2022.

TRINDADE, Cláudio Robélio da. **A lei 10.639/03: Os desafios docentes e a prática pedagógica em torno da recepção e identificação dos alunos a respeito do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula.**

Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA9_ID3604_16082015111846.pdf>. Acesso em 22/12/2022.